



Instituto Tecnológico de Aeronáutica  
Praça Marechal Eduardo Gomes, no. 50 -Vila das Acácias  
CEP 12.228-800 São José dos Campos - SP - Brasil

## PLANO DE CURSO

<b>DISCIPLINA:</b>	<b>HUM-20 - NOÇÕES DE DIREITO</b>	<b>CARGA HORÁRIA SEMANAL:</b>
<b>CURSOS:</b>	Engenharia Civil-Aeronáutica (CIVIL	03 h/a
<b>SEMESTRE:</b>	2º	<b>ANO:</b>
<b>PROFESSORA:</b>	SUELI SAMPAIO DAMIN CUSTÓDIO	2023

### EMENTA:

Direito Brasileiro: princípios, características e peculiaridades. Fontes e Ramos do Direito. Teoria do Estado: povo, soberania e noção de território (espaço aéreo e mar territorial). Código de Defesa do Consumidor. Propriedade Intelectual. Direito do Trabalho; Regulamentação da Profissão de Engenheiro e Ética Profissional. Responsabilidade do Engenheiro (ambiental, civil e penal).

### OBJETIVOS:

- 1.Fornecer aos alunos uma adequada compreensão do Direito Brasileiro, por meio da apresentação dos fundamentos constitucionais, de alguns ramos do Direito e suas respectivas aplicações.
- 2.Estimular o aperfeiçoamento profissional, apresentando os marcos legais e regulatórios da profissão de Engenheiro, bem como os problemas éticos e as implicações jurídicas na área.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### **I- Conceito e Noção de Direito**

Noção histórica, global; específica e particular  
Direito Brasileiro - características, princípios e peculiaridades

#### **II- Teoria Geral do Estado**

Elementos do Estado  
Soberania, independência e autodeterminação dos povos  
Território  
Forma de Estado e forma de governo  
Sistema de governo e regime político

#### **III- Sistema Constitucional Brasileiro**

Aplicabilidade das normas constitucionais  
Princípios, Direitos e Garantias Fundamentais

#### **IV- Dos Direitos do Consumidor**

Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço. Das infrações penais

#### **V – Direito Urbanístico**

Estatuto da Cidade, Plano Diretor e Zoneamento

Cidades Inteligentes e Sustentáveis

**VI- Direito Ambiental e Sustentabilidade**

Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

**VII-Responsabilidade do engenheiro**

Regulamentação da profissão de Engenheiro e Ética Profissional.

Responsabilidade civil do engenheiro.

**VIII- Propriedade Intelectual**

Propriedade Industrial: patentes e marca

Direitos autorais: Direito à Informação e à Privacidade, Marco Civil da Internet, Lei Geral de Proteção de Dados- LGPD

**IX – Direito do Trabalho**

Panorama da Reforma Trabalhista

Acidente de Trabalho

**COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS:**

Ao final do curso o(a) estudante será capaz de :

1. Ter um visão geral do Direito Brasileiro: características, princípios e peculiaridades
2. Aplicar algumas tutelas específicas do Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Trabalhista, Direito do Consumidor, Direito Urbanístico e Direito Ambiental.
3. Aplicar normas técnicas a projetos de Engenharia Civil.
4. Integrar componentes curriculares de HUM-20 e EDI-48, dando destaque a sistemas de apoio à sustentabilidade e à *Habitação de Interesse Social (HIS)*.

**METODOLOGIA:**

A metodologia de ensino consistirá em aulas expositivas combinadas com a participação dos (as) estudantes, por meio da discussão de temas específicos, bem como da elaboração de soluções relacionadas à temática geral de habitação de interesse social. Segue abaixo a descrição das metodologias adotadas:

- 1 Encontros semanais às terças-feiras às 10h com videoconferências; palestras, seminários, mesas redondas;
2. Fóruns de discussões sobre os assuntos postados no Classroom;
3. Aprendizagem baseada em equipes, *Team Based Learning* – TBL;
4. Aprendizagem baseada em problemas, *Problem Based Learning* - PBL ligados ao projeto integrador.

**AVALIAÇÃO:**

O sistema de avaliação consistirá em prova dissertativa; trabalhos individuais e/ou coletivos conforme descrição abaixo:

**P1 – Primeira Avaliação:** Prova + Apresentação

**(23.09)** - Avaliação individual escrita (0,8) + Proposta do projeto integrador com mapeamento preliminar de dados secundários (0,2)

**P2 – Segunda Avaliação:** Trabalho em equipe

**(14.11)** – Entrega da 1ª versão do Artigo (0,75) + 1ª Apresentação (0,25).

O Artigo deve seguir o template (anexo I) e aos parâmetros definidos abaixo:

i) introdução: panorama geral sobre o tema com a exposição/mapeamento de dados relevantes para a definição do problema a ser tratado. Tem que evidenciar por que esses dados/informações são relevantes;

ii) definição do problema e necessidades: a despeito do mapeamento de diversos problemas, o grupo deve eleger e especificar o problema que buscará solução. Para isso, precisa abordar: i. Stakeholders; ii. Marcos Jurídicos/Regulatórios; iii. Necessidades; iv. Metas e Objetivos; e por fim, v. Funções e Requisitos. Atentar-se, principalmente, para cumprir os requisitos legais do projeto;

iii) soluções: técnica e jurídica. Aplicar as normas técnicas às soluções técnicas (NBR 15.575), bem como aplicar legislação específica de Direito Urbanístico (Estatuto das Cidades, Plano Diretor e Zoneamento Urbano); Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (6, 7, 9, 11 e 12);

iv) conclusões: por que é viável e atrativa a solução? Quais os diferenciais competitivos? Quais parcerias estratégicas para a viabilidade do empreendimento?

v) Referências

**Exame** – Trabalho em equipe

**(21.11)** – Entrega do Artigo (0,5) e Apresentação Final (0,5) para convidados externos. O artigo deve seguir os parâmetros definidos acima.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de Responsabilidade Civil*. São Paulo: Atlas, 2012.

HARRIS, Charles E., PRITCHARD, Michael S., RABINS, Michael J., *Engineering Ethics: Concepts and Cases*, Belmont (CA): Wadsworth, 2008.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidade civil do consumidor e a defesa do fornecedor*. São Paulo: Saraiva, 2007.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BENJAMIN, Antônio Herman V; MARQUES, Cláudia Lima e BESSA, Leonardo. *Manual de Direito do Consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. LTr, 2014.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2014.

#### **Fontes primárias:**

1. Constituição Federal de 1988 – CF/88. Acesso em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
2. Código Civil - CC (Lei no. 10.406/2002). Acesso em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm)
3. Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei no. 8.078/1990). Acesso em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm)
4. Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto no. 5.452/1943). Acesso em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm)
5. Código de Ética do Engenheiro (a) (Resolução no.1002/2002). Acesso em:  
[http://www.confea.org.br/media/codigo\\_etica\\_sistemaconfea\\_8edicao\\_2015.pdf](http://www.confea.org.br/media/codigo_etica_sistemaconfea_8edicao_2015.pdf)

6. Lei dos Direitos Autorais (Lei no.9.610/1998). Acesso em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm)
7. Lei da Propriedade Industrial (Lei no.9.279/1996). Acesso em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm)
8. Lei da Propriedade Intelectual de Programa de Computador (Lei no.9.609/1998). Acesso em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9609.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9609.htm)
9. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA (Lei no.6.938/1981). Acesso em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)
10. Lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS (Lei no.12.305/2010). Acesso em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)

SITES CONSULTADOS:

[www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br)

[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)

<http://www.abnt.org.br/normalizacao/lista-de-publicacoes/abnt>

<http://www.creasp.org.br/>

---

Assinatura do Professor

---

Assinatura do Coordenador

TURMA (TERÇA-FEIRA)

MESES	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
<b>DIAS</b>	01 08 15 22 29	05 12 19* 27- semaninha	03 10 17 24 31	07 14** 21***
<b>AVALIAÇÕES</b>		23.09 - P1		P2 – (07.11) com 1ª Apresentação do projeto  Exame – 21.11
<b>REPOSIÇÕES/ ATIVIDADES</b>				

\*P1 -Avaliação individual e/ou projeto (0,8) e proposta do Projeto Integrador (0,2)

\*\* P2- Trabalho em grupo – Entrega da 1ª versão do Artigo (0,75) + 2º Apresentação (0,25)

\*\*\*Exame – Artigo (0,5) e Apresentação Final (0,5)

<b>CRONOGRAMA DE ATIVIDADES</b>				
<b>1ª Semana</b>	Apresentação da professora. Proposta da disciplina: metodologias adotadas e sistema de avaliação. Divulgação do plano de ensino.			
	<b>Tópicos</b>	<b>Assuntos</b>	<b>Legislação</b>	<b>Material Complementar</b>
<b>1ª Semana</b>	Introdução ao Direito Brasileiro	Conceito de Direito: espécies normativas. Teoria do Estado: soberania, território, povo.	Lei 12.376/2010 (LINDB) <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/_lei/Del4657compilado.htm">www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto_-lei/Del4657compilado.htm</a>  Lei Complementar 95/98 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp95.htm</a>	BOBBIO, Norberto. <b>Teoria Geral do Direito</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 37 a 43; 47 a 51; e 54 e 55.
<b>2ª Semana</b>	Sistema Constitucional	Separação de Poderes; Forma de Estado e de governo; Regime político e sistema de governo.	Constituição Federal 1988 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a>	DALLARI, Dalmo de Abreu. <b>Elementos da Teoria Geral do Estado</b> . São Paulo: Saraiva, 2005. p. 224-230  WEFFORT, Francisco. <b>Novas Democracias. Que Democracias?</b> <i>Revista Lua Nova</i> , nº 27, 1992, Acesse: <a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0102-644519920003000002&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0102-644519920003000002&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a>
<b>3ª Semana</b>	Sistema Constitucional	Princípios. Direitos e garantias fundamentais	Constituição Federal 1988 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a>	SARLET, Ingo. <b>A eficácia dos direitos fundamentais</b> . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. p. 392 a 401

<b>4ª Semana</b>	Direito do Consumidor	Relação de consumo; consumidor fornecedor; fato/defeito de produto ou serviço e vício de produto e serviço	Lei 8.078/90 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm</a>	<a href="http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/a/a9/Responsabilidade_Civil_e_Direito_do_Consumidor_-_Vol_I.pdf">http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/a/a9/Responsabilidade_Civil_e_Direito_do_Consumidor_-_Vol_I.pdf</a>  Aulas 5 e 6 RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017. p. 579 a 588.
<b>5ª Semana</b>	Direito do Consumidor (continuação)		Lei 8.078/90 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm</a>	<a href="http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/a/a9/Responsabilidade_Civil_e_Direito_do_Consumidor_-_Vol_I.pdf">http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/a/a9/Responsabilidade_Civil_e_Direito_do_Consumidor_-_Vol_I.pdf</a>  Aulas 5 e 6 RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017. p. 579 a 588.
<b>6º</b>	Direito Urbanístico	Estatuto das Cidades	Lei 10.257/2001: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm</a> .	SILVA, José Afonso. <i>Direito Urbanístico Brasileiro</i> . São Paulo: Malheiros Editores, 2012.
<b>7ª Semana</b>	Direito Ambiental	Política; Meio Ambiente; poluição; degradação; poluidor; usuário e Dano Ambiental e sanções	Lei 6.938/1981 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm</a>  Constituição Federal 1988 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a>	<a href="http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/a/a9/DIREITO_AMBIENTAL_2012-1.pdf">http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/a/a9/DIREITO_AMBIENTAL_2012-1.pdf</a>  Modulo II - aulas 05, 8 e 9 Módulo III - p.104 -128  FAINGUELERNT, Maira Borges. A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte. Revista Ambiente & Sociedade, n. 2, 2016. p. 247-261. <a href="https://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n2/pt_1809-4422-asoc-19-02-00245.pdf">https://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n2/pt_1809-4422-asoc-19-02-00245.pdf</a>
<b>8ª Semana</b>	Direito Ambiental	Política Nacional de Resíduos Sólidos- PNRS; licenciamento ambiental e Sustentabilidade	Lei 12.305/2010 Política Nacional de Resíduos Sólidos <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm</a>	OLIVEIRA, Thais Brito; GALVÃO JÚNIOR, Alceu de Castro. Planejamento municipal na gestão de resíduos sólidos urbanos e na organização da coleta seletiva. Revista de Engenharia Sanitária Ambiental, v. 21, 2016. p. 55- 63. Acesse: <a href="https://www.scielo.br/pdf/esa/v21n1/1413-4152-esa-21-01-00055.pdf">https://www.scielo.br/pdf/esa/v21n1/1413-4152-esa-21-01-00055.pdf</a>
<b>8ª Semana- PRIMEIRA AVALIAÇÃO (INDIVIDUAL e ON-IINE)</b>				
<b>9ª Semana</b>	Resp. Técnica e Ética do Engenheiro	Código de Ética Normas Técnicas	Resolução nº.1002/2002 - Código de Ética do Engenheiro: Acesso em: <a href="http://www.confea.org.br/media/codigo_etica_sistemaconfea_8edicao_2">http://www.confea.org.br/media/codigo_etica_sistemaconfea_8edicao_2</a>	CREA-SP <a href="http://www.creasp.org.br/">http://www.creasp.org.br/</a>

			<p>015.pdf</p> <p>NBR 15575</p>	<p>Guia para aplicação da Norma de Desempenho. Acesse: <a href="https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/2_guia_normas_final.pdf">https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/2_guia_normas_final.pdf</a></p>
10ª Semana	Propriedade Intelectual	<p>Propriedade Industrial: (patente e marca)</p> <p>Direito Autoral (programa de computador)</p>	<p>Lei 9279/96 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm</a></p> <p><a href="http://www.inpi.gov.br/links-destaques/sobre/legislacao-1">http://www.inpi.gov.br/links-destaques/sobre/legislacao-1</a></p> <p>Lei 9609/98 <a href="http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L9609.htm">http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L9609.htm</a></p>	<p><a href="http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/2/25/Propriedade_Intelectual.pdf">http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/2/25/Propriedade_Intelectual.pdf</a></p> <p>Aulas 3, 5, 6, 8 e 9</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. A gestão do sistema de proteção à propriedade intelectual no Brasil é consistente? <b>Revista de Administração Pública</b>, 45, 2011. p. 567-585. Acesse: <a href="https://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/02.pdf">https://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/02.pdf</a></p> <p>PIMENTEL, Luiz FIGUEIREDO e Cláudio Eduardo Conceito jurídico de software, padrão proprietário e livre: políticas públicas. <b>Revista Sequência</b>, n. 68, 2014. p. 291- 323. Acesse: <a href="https://www.scielo.br/pdf/seq/n68/13.pdf">https://www.scielo.br/pdf/seq/n68/13.pdf</a></p>
12ª	Propriedade Intelectual (Continuação)	Direito Autoral (programa de computador)	<p>Lei 9609/98 <a href="http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L9609.htm">http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L9609.htm</a></p>	<p><a href="http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/2/25/Propriedade_Intelectual.pdf">http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/2/25/Propriedade_Intelectual.pdf</a></p> <p>Aulas 3, 5, 6, 8 e 9</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. A gestão do sistema de proteção à propriedade intelectual no Brasil é consistente? <b>Revista de Administração Pública</b>, 45, 2011. p. 567-585. Acesse: <a href="https://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/02.pdf">https://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/02.pdf</a></p> <p>PIMENTEL, Luiz FIGUEIREDO e Cláudio Eduardo Conceito jurídico de software, padrão proprietário e livre: políticas públicas. <b>Revista Sequência</b>, n. 68, 2014. p. 291- 323. Acesse: <a href="https://www.scielo.br/pdf/seq/n68/13.pdf">https://www.scielo.br/pdf/seq/n68/13.pdf</a></p>
13ª Semana	Direito do Trabalho	Relações de Trabalho (emprego e trabalho); acidente de trabalho (doença profissional e doença do trabalho)	<p>Decreto-Lei 5452/1943 (CLT) <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm</a></p> <p>Lei 8213/1991 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm</a> Ver artigos 19,20 e 21</p> <p>Constituição Federal 1988 <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a></p>	<p><a href="http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/b/b6/Relações_de_Trabalho_I.pdf">http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/images/b/b6/Relações_de_Trabalho_I.pdf</a></p> <p>Aulas 9,10,11, 12,14 <a href="http://www.tst.jus.br/web/trabalho_seguro/resolucao">http://www.tst.jus.br/web/trabalho_seguro/resolucao</a></p> <p>Nascimento, F. C., &amp; Salim, C. A. (2018). Política de prevenção de acidentes na construção civil: Uma análise das práticas da inspeção do trabalho. <b>Revista Psicologia</b>:</p>

				Organizações e Trabalho, 2018. p. 299-305. Acesse:
<b>14ª Semana – SEGUNDA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA + ENTREGA DO RELATÓRIO</b>				
<b>16ª Semana – EXAME: APRESENTAÇÃO FINAL + ENTREGA FINAL DO ARTIGO</b>				
<b>16ª Semana</b>	Encerramento do Curso			